



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**Contrato nº 373/2025**

**Processo Administrativo nº 24.257/2025 – Pregão Eletrônico nº 326/2025**

**Contrato nº 373/2025**

Processo Administrativo nº 24.257/2025 – Pregão Eletrônico nº 326/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE BOTUCATU

Contratada: **TROVATI MARCENARIA E CARPINTARIA LTDA**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA A EMEFI PROFª LYGIA CAMARGO PARDINI.

Valor: **R\$ 23.326,40 (vinte e três mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).**

Dotação Orçamentária: Fichas nº 182 e 195 – Secretaria Municipal de Educação

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOTUCATU**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.634.101/0001-15 com sede na Praça Pedro Torres, 100, neste ato representado por **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – GILBERTO MARIOTTO PERES**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº. 21.602.025-6e inscrito no CPF sob nº. 137.209.248-07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **TROVATI MARCENARIA E CARPINTARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.888.978/0001-03, sediada na Rua Soiti Taruma, nº 835 – Bairro Columbia, município de Londrina/PR, representada por seu representante legal **Ivan Marcos de Campos Trovati**, portador do RG nº 84780863 do CPF/MF nº 034.158.529-70, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com **os elementos constantes no Pregão Eletrônico nº 326/2025 - processo administrativo nº 24.257/2025**, e ainda com fundamento na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, têm entre si como justo e contratado o objeto do presente instrumento que regerá pelas disposições do edital e seus anexos, da proposta de preços e das cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA A EMEFI PROFª LYGIA CAMARGO PARDINI, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BANCADA EM "L" – COZINHA MÓDULO A: COM MEDIDA DE 2,54 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,68 CM E ALTURA DE 0,67 CM. CAIXARIA EM MDF 18 MM, 2 FACES COM PRATELEIRAS INTERNAS FIXAS. PORTAS DE GIRO COM DOBRADIÇAS METALNOX CURVA CALÇO FIXO, ARMÁRIO SEM SÓCULO, SUSPENSO 20 CM DO CHÃO, PUXADOR DE HASTE REDONDA RENNA 12 INOX POLIDO 192 MM. REVESTIMENTO INTERNO NA MESMA COR DO MDF EXTERNO BRANCO TX. TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA- FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO, TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS TAIS COMO ENCABEÇAMENTO LATERAL E SUPERIOR DAS PORTAS, MONTANTES, PRATELEIRAS E OUTROS, TERÃO ACABAMENTO EM FITA DE BORDA PVC,22MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO).	UN	01	2.133,60	2.133,60
02	BANCADA EM "L" – COZINHA MÓDULO B: COM MEDIDA DE 5,09 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,68 CM E ALTURA DE 0,67 CM. CAIXARIA EM MDF 18 MM, 2 FACES COM PRATELEIRAS INTERNAS FIXAS, PORTAS DE GIRO COM DOBRADIÇAS METALNOX CURVA CALÇO FIXO. GAVETAS, FRENTES DE	UN	01	3.991,20	3.991,20



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**Contrato nº 373/2025**

**Processo Administrativo nº 24.257/2025 – Pregão Eletrônico nº 326/2025**

	<p>GAVETAS SERÃO CONFECCIONADAS COM</p> <p>CORREDIÇAS DE RENNA 400 MM LARGA, NA COR BRANCO TX, AS CORREDIÇAS SERÃO DO TIPO TELESCÓPICA COM ABERTURA TOTAL DO COMPRIMENTO NOMINAL COM DESLIZAMENTO ATRAVÉS DE ESFERAS DE AÇO E FECHAMENTO SUAVE DAS GAVETAS, ATRAVÉS DE MOLAS E PISTÃO. PEÇA ÚNICA DE MONTAGEM LATERAL AUTOTRAVANTE NO FINAL DO CURSO ABERTO E TRAVAS NO FINAL DO CURSO QUE PERMITEM A RETIRADA DA GAVETA. CAPACIDADE 45 KG POR PAR, ARMÁRIO SUSPENSO DO CHÃO 20 CM, SEM SÓCULO, PUXADOR DE HASTE REDONDA RENNA 12 INOX POLIDO 192 MM, REVESTIMENTO INTERNO NA MESMA COR DO MDF EXTERNO BRANCO TX. TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA- FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO, TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS TAIS COMO ENCABEÇAMENTO LATERAL E SUPERIOR DAS PORTAS, MONTANTES, PRATELEIRAS E OUTROS, TERÃO ACABAMENTO EM FITA DE BORDA PVC, 22MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO).</p>				
<b>03</b>	<p>LOUCEIRO – COZINHA, MEDIDA DE 0,94 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,60 CM E ALTURA DE 1,86 CM. CAIXARIA EM MDF 18 MM, 2 FACES, FUNDO COM MDF 6 MM COM PRATELEIRAS INTERNAS FIXAS, PORTAS DE GIRO COM DOBRADIÇAS METALNOX CURVA CALÇO FICO, NA COR BRANCO TX, PUXADOR DE HASTE REDONDA RENNA 12 INOX POLIDO 192 MM, REVESTIMENTO INTERNO NA MESMA COR DO MDF EXTERNO BRANCO TX. TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA- FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO. TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS TAIS COMO ENCABEÇAMENTO LATERAL E SUPERIOR DAS PORTAS, MONTANTES, PRATELEIRAS E OUTROS, TERÃO ACABAMENTO EM FITA DE BORDA PVC, 22MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO).</p>	UN	01	1.824,00	1.824,00
<b>04</b>	<p>ARMÁRIO 1 – DESPENSA MÓDULO A: COM MEDIDA DE 1,02 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,35 CM E ALTURA DE 1,97 CM. CAIXARIA MDF 18 MM, 2 FACES, FUNDO COM MDF 6 MM, NA COR BRANCO TX, PRATELEIRAS INTERNAS FIXAS, PORTAS DE GIRO COM DOBRADIÇAS METALNOX CURVA CALÇO FIXO SEM SÓCULOS, ARMÁRIO SUSPENSO DO CHÃO 20 CM, PUXADOR DE HASTE REDONDA RENNA 12 INOX POLIDO 192 MM, REVESTIMENTO INTERNO NA MESMA COR DO MDF EXTERNO BRANCO TX. TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA</p>	UN	01	1.624,00	1.624,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**Contrato nº 373/2025**

**Processo Administrativo nº 24.257/2025 – Pregão Eletrônico nº 326/2025**

	POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO. TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS TAIS COMO ENCABEÇAMENTO LATERAL E SUPERIOR DAS PORTAS, MONTANTES, PRATELEIRAS E OUTROS, TERÃO ACABAMENTO EM FITA DE BORDA PVC, 22MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO)				
05	ARMÁRIO 1 – DESPENSA MÓDULO B: COM MEDIDA DE 1,35 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,60 CM E ALTURA DE 1,97 CM, CAIXARIA MDF 18 MM, 2 FACES, FUNDO COM MDF 6 MM; PRATELEIRAS INTERNAS FIXAS, PORTAS DE GIRO COM DOBRADIÇAS METANOL CURVA CALÇO FIXO, ARMÁRIO SEM SÓCULO, SUSPENSO DO CHÃO 20 CM, PUXADOR RENNAHASTER REDONDO 12 INOX POLIDO 192 MM, REVESTIMENTO INTERNO NA MESMA COR DO MDF EXTERNO BRANCO TX. TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA- FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO. TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS TAIS COMO ENCABEÇAMENTO LATERAL E SUPERIOR DAS PORTAS, MONTANTES, PRATELEIRAS E OUTROS, TERÃO ACABAMENTO EM FITA DE BORDA PVC, 22MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO).	UN	01	2.145,60	2.145,60
06	ARMÁRIO 2 – DESPENSA COM MEDIDA DE 1,23 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,60 CM E ALTURA DE 1,97 CM. CAIXARIA MDF 18 MM, 2 FACES, FUNDO COM MDF 6 MM NA COR BRANCO TX, PRATELEIRAS INTERNAS FIXAS, PORTAS DE GIRO COM DOBRADIÇAS METANOL CURVA CALÇO FICO, ARMÁRIO SEM SÓCULO, SUSPENSO DO CHÃO 20 CM, PUXADOR RENNA HASTER REDONDO 12 INOX POLIDO 192 MM, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO NO MDF NA COR BRANCO TX. TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA- FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO. TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS TAIS COMO ENCABEÇAMENTO LATERAL E SUPERIOR DAS PORTAS, MONTANTES, PRATELEIRAS E OUTROS, TERÃO ACABAMENTO EM FITA DE BORDA PVC, 22MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO).	UN	01	1.784,00	1.784,00
07	ARMÁRIO 3 – DESPENSA COM MEDIDA DE 1,35 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,35CM E ALTURA DE 1,97 CM. CAIXARIA MDF 18 MM, 2 FACES, FUNDO COM MDF 6 MM NA COR BRACO TX, PRATELEIRAS FIXAS, PORTAS DE GIRO COM DOBRADIÇAS METANOL CURVA CALÇO FIXO,	UN	01	1.984,00	1.984,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**Contrato nº 373/2025**

**Processo Administrativo nº 24.257/2025 – Pregão Eletrônico nº 326/2025**

	ARMÁRIO SEM SÓCULO, SUSPENSO DO CHÃO 20 CM, PUXADOR RENNA HASTER REDONDO 12 INOX POLIDO 192 MM. REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO NO MDF NA COR BRANCO TX TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA- FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO. TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS TAIS COMO ENCABEÇAMENTO LATERAL E SUPERIOR DAS PORTAS MONTANTES, PRATELEIRAS E OUTROS, TERÃO ACABAMENTO EM FITA DE BORDA PVC, 22MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO).				
<b>08</b>	FRUTEIRA – DESPENSA COM MEDIDA DE 1,13 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,55 CM E ALTURA DE 1,17 CM, MDF NA COR BRANCO TX, PRATELEIRAS FIXAS COM INCLINAÇÃO DE 25° GRAUS E BORDA FRONTAL COM 0,04 CM DE ALTURA, FUNDO COM MDF 18 MM NA COR BRANCO TX, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO EM MDF NA COR BRANCO TX, TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA- FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO. TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS, TERÃO FITA DE BORDA PVC, 22 MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO).	UN	01	1.344,00	1.344,00
<b>09</b>	PRATELEIRA DE PAREDE – DESPENSA COM MEDIDA DE 1,13 CM DE LARGURA, PROFUNDIDADE 0,55 CM E ALTURA DE 1,17 CM, MDF NA COR BRANCO TX, PRATELEIRAS FIXAS COM INCLINAÇÃO DE 25° GRAUS E BORDA FRONTAL COM 0,04 CM DE ALTURA, FUNDO COM MDF 18 MM NA COR BRANCO TX, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO EM MDF NA COR BRANCO TX, TODAS AS FIXAÇÕES DEVERÃO TER PARAFUSOS PARA MÓVEIS COM BUCHA E ROSCA POSSIBILITANDO A MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOBILIÁRIO. E TODOS OS ELEMENTOS DE FIXAÇÃO TERÃO ACABAMENTOS (TAPA- FUROS) NA COR DO MOBILIÁRIO. TODAS AS BORDAS RETAS E ACABAMENTOS, TERÃO FITA DE BORDA PVC, 22 MM. (DETALHAMENTO NO MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO PROCESSO).	UN	04	1.624,00	6.496,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 23.326,40</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses contados da emissão da ordem de fornecimento**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. Prazo de entrega: 30 (trinta) dias.

2.2.1. Prazo da garantia do produto: 60 (sessenta) meses;

2.2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 23.326,40,00 (vinte e três mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;





8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8.1. A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, se for o caso, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar, se for o caso, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



**Contrato nº 373/2025**

**Processo Administrativo nº 24.257/2025 – Pregão Eletrônico nº 326/2025**

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar, se for o caso, os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa**:
  - a. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - b. Moratória de 0,07 % (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia
  - c. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021
  - d. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
  - e. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 30% do valor do Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**Contrato nº 373/2025**

**Processo Administrativo nº 24.257/2025 – Pregão Eletrônico nº 326/2025**

- f. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.
- g. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.
- h. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*), dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma





fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.00 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - 02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 02.04.02 – COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – 12.361.0004.2.100 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO – 05.200.0000 – FEDERAL – FICHA Nº 182 – NOTA DE EMPENHO Nº 20118.

02.00 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - 02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 02.04.02 – COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – 12.361.0004.2.100 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 05.200.0000 – FEDERAL – FICHA Nº 195 – NOTA DE EMPENHO Nº 20117.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**Contrato nº 373/2025**

Processo Administrativo nº 24.257/2025 – Pregão Eletrônico nº 326/2025

de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)**

16.1. Fica eleito o Foro da comarca de Botucatu - SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**Botucatu, 05 de novembro de 2025.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
**GILBERTO MARIOTTO PERES**  
Secretário Municipal de Educação

**TROVATI MARCENARIA E CARPINTARIA LTDA**  
**IVAN MARCOS DE CAMPOS TROVATI**  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**